

PGGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 29

Dezembro - 2011

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	2
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO
João dos Passos Martins Neto

SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 549, de 10 de novembro de 2011

Revoga o inciso XIX do art. 56 da Lei Complementar nº 381, de 2007.

LEI COMPLEMENTAR Nº 550, de 23 de novembro de 2011

Altera o art. 12 da Lei Complementar nº 380, de 2007, que dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado.

LEI Nº 15.615, de 08 de novembro de 2011

Institui a Semana Estadual de Combate às Hepatites e adota outras providências.

LEI Nº 15.616, de 10 de novembro de 2011

Revoga os arts. 5º e 13 da Lei nº 6.063, de 1982, que dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano.

LEI Nº 15.617, de 10 de novembro de 2011

Dispõe que todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e dos órgãos que específica, que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

Decretos

DECRETO Nº 599, de 18 de outubro de 2011

Dispõe sobre o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 644, de 14 de novembro de 2011

Disciplina a contagem de tempo de serviço referente a faltas, em decorrência de movimentos grevistas ou paralisações, dos Membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 622, de 3 de novembro de 2011

Dispõe sobre a concessão de autorização para viagem ao exterior para os servidores públicos dos órgãos e entidades da administração pública estadual que menciona.

DECRETO Nº 630, de 3 de novembro de 2011

Introduz as Alterações 2.876 e 2.877 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 631, de 3 de novembro de 2011

Introduz as Alterações 2.878 e 2.879 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 632, de 3 de novembro de 2011

Introduz a Alteração 2.880 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 637, de 10 de novembro de 2011

Introduz as Alterações 2.871 e 2.872 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 638, de 10 de novembro de 2011

Introduz a Alteração 2.875 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 640, de 10 de novembro de 2011

Altera o Decreto nº 2.128, de 20 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre o alcance dos regimes de tributação relacionados à importação de mercadorias.

DECRETO Nº 641, de 10 de novembro de 2011

Estabelece normas para o atendimento das indenizações previstas nos arts. 1º e 2º da Lei nº 15.587, de 27 de setembro de 2011.

DECRETO Nº 654, de 17 de novembro de 2011

Introduz a Alteração 2.873 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 655, de 17 de novembro de 2011

Introduz as Alterações 2.881 a 2.891 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 656, de 17 de novembro de 2011

Introduz a Alteração 2.892 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 657, de 17 de novembro de 2011

Dispõe sobre a alteração na programação financeira do Plano Plurianual 2008/2011 e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 660, de 17 de novembro de 2011

Dispõe sobre a aquisição e locação de veículos oficiais no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública estadual.

DECRETO Nº 666, de 17 de novembro de 2011

Altera dispositivo do Decreto nº 1.760, de 15 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Sistema Administrativo de Informações Estatísticas.

DECRETO Nº 671, de 17 de novembro de 2011

Aprova o Caderno de Encargos para a Implantação do Programa de Parceria Educacional Estado-Município para Atendimento ao Ensino Fundamental.

DECRETO Nº 673, de 18 de novembro de 2011

Introduz as Alterações 2.893 e 2.894 no RICMS/SC-01.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

JURISPRUDÊNCIA

SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 31.610 - SC (2010/0034617-6)

Relator: Ministro Adilson Vieira Macabu

Recorrente: José Antônio Amábile

Recorrido: Estado de Santa Catarina

EMENTA

Recurso ordinário em mandado de segurança. Mandado de segurança. Policial militar. Concurso público. Edital. Exame psicotécnico. Exigência. Inconstitucionalidade. Ausência.

1. É pacífico nesta Corte o entendimento de que a exigência de aprovação em exame psicotécnico para preenchimento de cargo público é lícita, desde que claramente previsto em lei e pautado em critérios objetivos, possibilitando ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado, a fim de oportunizar a interposição de eventual recurso. Precedentes.
2. Recurso em mandado de segurança a que se nega provimento.

ATOS INTERNOS

PORTARIA PGE/GAB Nº 78, de 7 de novembro de 2011

Designa dois servidores para compor comissão para proceder ao inventário dos bens de consumo e permanente, no almoxarifado na Procuradoria Geral do Estado.

PORTARIA PGE/GAB Nº 79, de 14 de novembro de 2011

Prorroga por 60 dias os efeitos da Portaria nº 23, de 18/06/2010, para término dos trabalhos da Comissão Processante.

PORTARIA PGE/GAB Nº 80, de 14 de novembro de 2011

Prorroga de 01 de novembro de 2011 a 31 de março de 2012 a Portaria n. 018/09, de 04/11/2009 que designa Procurador do Estado para exercício de suas atribuições funcionais de representação judicial e consultoria jurídica do Estado junto à Procuradoria Especial em Brasília.

PORTARIA PGE/GAB Nº 81, de 21 de novembro de 2011

Autoriza servidores a conduzir veículos oficiais

PORTARIA PGE/GAB Nº 84, de 2 de dezembro de 2011

Estabelece a seguinte lotação de Procuradores do Estado para o funcionamento das Procuradorias Regionais:

Blumenau, seis; Joinville, cinco; Itajaí, seis, sendo um no Escritório Especial em Brusque; Chapecó, quatro; Criciúma, cinco; Mafra, duas; Lages, duas; Joaçaba, duas; Tubarão, cinco; Rio do Sul, duas; Curitiba, uma; Caçador, uma; Jaraguá do Sul, duas; São Miguel d'Oeste, duas; São José, uma.

PORTARIA PGE/GAB Nº 85, de 2 de dezembro de 2011

Designa Procuradores do Estado para integrarem Comissão para realização do processo de remoção de Procuradores do Estado para preenchimento das vagas disponíveis nos órgãos de execução regional da PGE.

NOTÍCIAS

PGE conclui processos de remoção de procuradores

A PGE concluiu no início do mês os processos de remoção de procuradores. Nove foram transferidos para a sede, na Capital. Já os dez novos procuradores de Estado, que tomaram posse em 1º de dezembro, foram lotados nas Procuradorias Regionais, onde iniciarão as suas atividades em 2 de janeiro.

Também houve remanejamento de procuradores de Estado entre as Procuradorias Regionais. Três procuradores obtiveram vagas de Blumenau e um, em Joinville.